

Serra quer reduzir peso da dívida interna

Raimundo Valentim/AE

Ministro do Planejamento diz o uso de recursos da privatização pode tanto abater diretamente a conta, como permitir lançar papéis de prazo mais longo, com taxas de juros menores

SUELY CALDAS

O fundamental no uso dos recursos da privatização é diminuir o peso da dívida pública, afirma o ministro do Planejamento, José Serra, ao explicar o novo modelo de desestatização que pretende implementar. O caminho, segundo ele, não passa apenas pelo abatimento direto da dívida mobiliária do governo (a dos títulos públicos), mas também pela criação de um fundo que permita emitir papéis de prazo mais longo com taxas de juros menores.

Veja a íntegra da entrevista ao *Estado*, quando ele também explica e defende a escolha de Luiz Carlos Mendonça de Barros, sócio do Banco Matrix, para substituir o demissionário Edmar Bacha na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para Serra, Mendonça de Barros é um dos melhores quadros em engenharia financeira que o Brasil possui.

O ministro não quer comentar câmbio, mas afirma não vislumbrar qualquer alteração significativa na política cambial. Sobre os juros, avalia que há uma clara tendência de queda da taxaeal.

Estado — Há interpretações de que a indicação de Luiz Carlos Mendonça de Barros para o BNDES ampliou seu espaço político na área econômica. Como o sr. responde a essa avaliação?

José Serra — Colocada a perspectiva da saída inevitável de Edmar Bacha, demos voltas em nomes. Responsável pela área, apresentei ao presidente da República muitas alternativas de pessoas que poderiam ser convidadas. A escolha de Luiz Carlos foi também do presidente, com as participações do Bacha e do Clóvis Carvalho (*ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República*). Só não teve participação direta do Malan porque ele estava nos Estados Unidos. Porém, ele manifestou a mim seu enorme agrado pela escolha.

Agora, esse aspecto de espaços na área econômica é uma bobagem. Particularmente, eu e Edmar Bacha não tivemos, até hoje, rigorosamente nenhuma diferença sobre nada. O Luiz Carlos tem enorme independência de pensamento. Até entendo que haja especulações, mas elas não têm sentido.

Estado — Há, então, perfeita identidade de pensamento econômico com a equipe do ministro da Fazenda?

Serra — Uma coisa é haver diferença nesse ou naquele ponto. Outra é dizer que a mudança no BNDES aumenta ou diminui espaço político. Não há relação entre essas duas coisas. Como o ministro Malan tem dito, e eu repito, não há diferenças entre nós sobre os aspectos fundamentais do Plano Real. Não há essa idéia de luta por espaço dentro da equipe econômica. Nem relação entre algumas diferenças de pensamento e lutas pela ocupação de espaço.

Minha preocupação essencial, como é também a do Malan, é que o Real continue dando certo e a economia possa crescer com estabilidade. E esse propósito dissolve quaisquer outras diferenças. Por isso é que elas não se transformam em problemas políticos, apesar da insistência de muitos.

Estado — A escolha do presidente do BNDES foi polêmica. Os mesmos empresários que reconheceram nele competência lembram que quando era diretor do Banco Central, o Planinban, do qual era sócio, teve lucros fabulosos. Nenhum favorecimento ficou provado, mas ficou a dúvida. Depois do episódio Dallari, não é um risco para a imagem do governo trazer um banqueiro privado para dirigir um banco estatal?

Serra — Se Luiz Carlos tivesse dirigido empresas e essas tivessem perdas, se fosse mal-sucedido

do na área financeira, a crítica seria de que era um empresário incompetente. Acho que essa questão, francamente, não parece pertinente. Ele é um homem bem preparado para a função pública e estou convencido de que terá um desempenho muito bom no BNDES, responderá bem aos desafios que se colocam para o banco.

O governo precisa ter gente que se origina da própria burocracia pública, da universidade, mas que venha também da empresa privada. Isso é fundamental porque, no limite, teríamos de dispensar quadros da área privada. Seria impossível ter no Ministério da Indústria e Comércio alguém que trabalhe no comércio ou na indústria. Ou assumir o Ministério da Agricultura quem venha do setor agrícola. Ou no Congresso ter deputados e senadores ligados a atividades empresariais e pertencentes a comissões de natureza econômica. E assim por diante.

Acho que a avaliação a respeito da adequação ou não de pessoas que vêm para a administração governamental deve ser feita em relação a sua capacidade, competência e lisura. E não conheço nada que tenha afetado a lisura do Luiz Carlos.

ESPECULAÇÕES SOBRE MENDONÇA DE BARROS NÃO TÊM SENTIDO, AFIRMA MINISTRO

Estado — Quais são seus planos para o BNDES, levando em conta que é o banco responsável pela execução da política industrial?

Serra — O BNDES é uma instituição crucial nesse momento em que o governo se retira da área empresarial e de grande parte do setor de serviços públicos. A partir daí, já se coloca uma questão relevante: como financiar infraestrutura e o funcionamento dos serviços sob controle privado? Nesse sentido, o banco tem papel essencial. A questão é como vincular esse financiamento, inclusive, aos recursos da privatização.

Nos últimos anos ocorreu uma integração intensa, de natureza financeira, com a economia internacional, mas ainda não são sentidos todos os benefícios dessa integração, entre os quais os esquemas de financiamento a longo prazo, internacionais e privados, disponíveis em outros países. O Brasil apenas engatinha nisso e o BNDES será o articulador desse processo. Luiz Carlos tem capacidade para executar essa tarefa porque é um dos melhores quadros que o Brasil possui em matéria de engenharia financeira.

Estado — Alguma idéia nova na área de privatização?

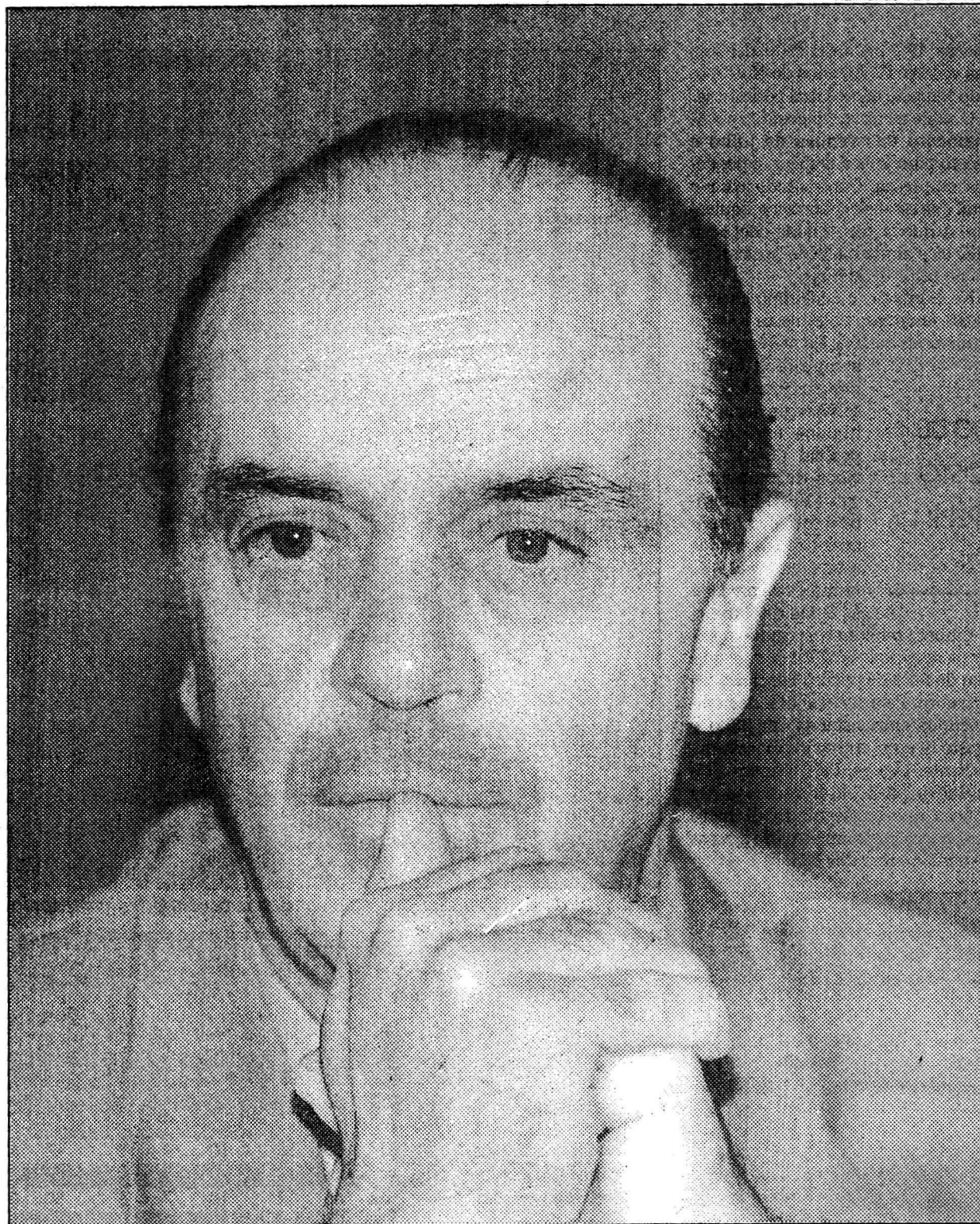
Serra — Para nós, o fundamental em matéria de arrecadação da privatização é diminuir o peso da dívida pública. Como fa-



DÍVIDA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS PODE FICAR PRÓXIMA A 6,5% DO PIB EM 1996

Mas não só isso. Pode imaginar, ainda, colocar nesse fundo ações de estatais para efeito de antecipar receita de privatização. Enfim, é tarefa fundamental definir a ligação entre venda de estatais, alongamento e barateamento da dívida pública, financiamento da infraestrutura, incentivo à desestatização e antecipação de receitas da privatização.

Por exemplo, no caso de telecomunicações, é um processo que demora anos, mas é óbvio



Serra: não há diferenças fundamentais nem essa idéia de luta por espaço dentro da equipe econômica

que as ações das teles valorizam quando o processo começa a ser deslançado. A idéia é ter ações dessas empresas como lastro no fundo, inclusive para a emissão de papéis, como base para financiamento de infra-estrutura etc. É uma maneira de antecipar os resultados, percebe? Mas a implementação dessas coisas é extremamente complexa.

Estado — Em que estágio está a criação desse fundo?

Serra — Está na fase de discussões. Estamos com todo o departamento de criação, os quadros mais talentosos a quem o governo pode recorrer, debatendo essas questões.

Estado — E quando estará concluído?

Serra — Acredito que até o primeiro trimestre do ano que vem já teremos dado passos importantes nessa direção.

Estado — A implementação depende de leis de regulamentação. Porém, o Senado ainda não aprovou a maior parte das reformas que antecedem essas leis.

Serra — Mas o marco legal para avançar esse processo já está praticamente dado. O problema é outro. É fazer a regulamentação para o setor. Na área elétrica, por exemplo, os problemas são de maior complexidade: há "n" proprietários (governos federal e estaduais), três etapas de atividade — geração, transmissão e distribuição —, um problema tarifário complexo para equacionar.

Estado — Quais seriam as consequências dessa nova modelagem da privatização?

Serra — O fundo terá o efeito de alongamento e barateamento da dívida pública e de antecipação e multiplicação de recursos. Vou dar um exemplo: você

pode utilizar R\$ 1,00 desse fundo para refinanciar uma dívida estadual sempre que o Estado acrescentar R\$ 1,00 de privatização própria. Isso representa um incentivo à privatização, estimula os Estados a venderem

suas empresas.

Estado — Os Estados precisam mesmo vender suas empresas? Ajuda a sair da crise?

Serra — Temos que reconhecer que os Estados enfrentam uma crise financeira muito grave e que não se deve a eventuais desempenhos medíocres de receitas. Muito pelo contrário, as receitas estaduais cresceram aceleradamente desde a promulgação da nova Constituição e muito mais depois do Real.

A questão é que todos os Estados expandiram muito suas despesas de custeio, em consequência de aumentos salariais generosos concedidos no final de 1994, um ano eleitoral. No passado, isso não era problema porque a inflação alta comia o reajuste. Agora, é diferente. As despesas com os poderes Legislativo e Judiciário também cresceram acentuadamente, 60% em termos reais desde a nova Constituição.

Estado — Os governadores reclamam do efeito dos juros altos sobre a dívida mobiliária.

Serra — A dívida mobiliária é um problema de quatro Estados, que são os maiores: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na verdade, ela não está sendo paga, porque é rolada. Portanto, não compromete outras despesas. Mas é indiscutível que ela tem crescido em função dos juros. No final de 1991, a dívida mobiliária, estadual e municipal, era equivalente a 2,4% do PIB. No final de 1994, saltou para 4,6% do PIB, em agosto, chegou a 5,4% e em 1996, poderá ficar próxima a 6,5% do PIB.

Estado — Diante desse quadro de insolvência dos Estados, qual é a saída?

Serra — O impacto do peso do custeio nas despesas só poderá ser resolvido com a reforma administrativa. Por isso, é a mais importante de todas as propostas que estão no Congresso. Ao mesmo tempo, a estabilidade de preços e a continuidade do crescimento da economia propiciam a expansão da receita dos Estados. Aí, será possível equacionar esse problema a médio e longo prazos, se o custeio for contido.

Estado — O ano vai fechar com taxa de crescimento, mas entre maio e setembro a retração da atividade econômica foi muito forte e causou desemprego. Houve erro de dosagem?

Serra — Continuo achando que não só é desejável como pos-

sível ter crescimento econômico simultâneo com a afirmação da estabilidade. Neste ano, a economia vai crescer a uma taxa semelhante à de 1994. Nossa expectativa é de expandir também em torno de 5% em 1996.

O que aconteceu é que no primeiro semestre o carro corria a 180 quilômetros por hora e, no segundo, era preciso desacelerar e caminhar a uma velocidade baixíssima para compensar. Se não fizéssemos isso, enfrentaríamos problemas de balanço de pagamentos. Digamos que hoje a balança comercial funciona como fator restritivo número um de crescimento.

Estado — Alguns índices têm registrado deflação. Há maior controle sobre a estabilidade de preços. Não seria a hora de acelerar mais a queda dos juros e aliviar o desemprego?

Serra — Há sinais evidentes de que há uma melhora no nível de atividade econômica neste momento. Os indicadores do comércio apontam para isso. Portanto, o pior já passou. Quanto aos juros, há uma clara queda de juros real agora em outubro. O que houve foi aumento em agosto e setembro do juro real, não nominal, em virtude da queda da inflação, mas as taxas reais voltaram a cair em outubro.

Estado — O País terá déficit em conta corrente muito elevado, três vezes maior do que se previa antes da crise do México. Isso pode criar problemas no futuro, como aconteceu com o México?

Serra — Primeiro, é importante entender que o déficit nas transações correntes deste ano não reflete uma tendência da economia. Reflete a média do ano, portanto, incorpora meses de elevadíssimos déficits comerciais do primeiro semestre, mas não revela a tendência na margem. Segundo, ele é perfeitamente financiável nas condições atuais, através da entrada de capitais.

Estado — Mas é capital volátil, de curto prazo que não oferece nenhuma segurança.

Serra — O governo tem feito esforço para alongar linhas de financiamento, através da colocação de bônus, que tem sido muito bem sucedido, e pelo estímulo à entrada de capital de investimento.

Depois, diferentemente do México, o governo atuou, flexibilizando a política cambial, detendo a apreciação do câmbio, ou seja, não permitindo a apreciação adicional. E, inclusive, tomando medidas de natureza comercial que acabaram produzindo efeitos, por exemplo, em relação à importação de automóveis. Aquilo que o presidente falou, no início do ano, de "farra de importados", pelo menos em relação a alguns produtos, terminou.

Por último, é importante ter claro que o governo, o presidente da República, a área econômica, estão muito atentos para essa questão, exatamente para que não se repita no Brasil nada parecido ao México. E estou convencido de que isso não vai acontecer.

Estado — Então, está perfeita a taxa de câmbio?

Serra — Não discuto publicamente problemas de taxa de câmbio ou mesmo taxa de juros, porque sempre gera interpretações que levam à especulação. Não acho pertinente que autoridades econômicas falem disso publicamente. Em todo caso, posso dizer que não vislumbrarei nenhuma alteração dramática, significativa na questão cambial.

Estado — Como fecharão as contas do governo este ano?

Serra — As contas federais estão sob controle. Naturalmente, é uma luta árdua e permanente, mas estão controladas. Fecharam com algo próximo a zero em matéria de déficit. Cortamos no Orçamento deste ano perto de R\$ 13 bilhões, entre o veto feito em janeiro e as contenções realizadas ao longo do ano. Digo isso até com pesar, porque o ideal é poder ter mais despesa. Mas o objetivo do equilíbrio é anterior e superior aos outros, porque ele tem a ver com a estabilidade.

Estado — Mas num seminário, o diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, disse que os juros estavam elevados porque falta fazer o ajuste fiscal e as privatizações estão lentas.

Serra — Não vi declarações dessa natureza. Em todo caso, o que posso dizer é que a avaliação que faço das contas públicas é compartilhada pelo Ministério da Fazenda. O ajuste fiscal é um processo.

Mas se você perguntar: avançou muito? Eu diria, sim. Na segunda metade dos anos 80, o déficit público médio foi de 5% do PIB. Na primeira metade dos anos 90, está em 0,5%. Esse é um resultado excepcional e superior ao da Argentina. As contas federais estão sendo levadas com mão de ferro. As despesas que cresceram neste ano foram juros, transferências constitucionais e os salários, em função de reajustes concedidos no ano passado.

Estado — Qual sua posição a respeito da emenda que permite a reeleição do presidente da República?

Serra — Sou a favor.

Estado — Já a partir do mandato do atual presidente?

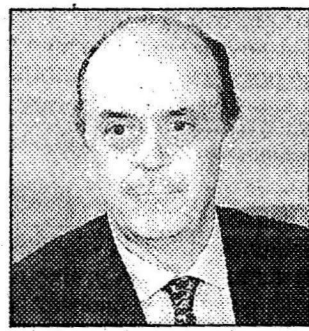
Serra — Creio que sim. Inclusive porque isso já foi fruto de uma libertação política anterior.

Estado — Então, o sr. é candidato ao governo de São Paulo?

Serra — Não. Sou candidato a ajudar o governo Fernando Henrique a dar certo. Nenhuma de minhas ações visa, neste momento, qualquer objetivo de natureza eleitoral.

Estado — Por que razão há um conflito tão amargo entre o sr. e o ex-ministro Ciro Gomes?

Serra — Não sei. Só quero dizer que é de mão única, e não parte de mim.



O IDEAL É NÃO CORTAR ORÇAMENTO E SIM PODER TER MAIS DESPESAS